



QUESTÃO AGRÁRIA

Índios e ruralistas em disputa política

Diversos projetos em tramitação no Congresso tentam alterar as regras de demarcação e de exploração econômica das reservas indígenas. Mas só há acordo sobre o ressarcimento dos produtores

Carlos Moura/CB/D.A Press - 16/4/13



Índios invadiram a Câmara, em abril: protesto contra projeto que tira da Funai o poder de demarcar terras

» ÉTORE MEDEIROS

Em 10 de julho, a presidente Dilma Rousseff recebeu pela primeira vez lideranças indígenas no Palácio do Planalto, mantendo uma tradição de encontros entre índios e presidentes pós-regime militar. Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Agricultura aprovava o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 227, que trata dos direitos dessa população. Por pouco, o projeto quase seguiu diretamente para o plenário, sem passar por outras comissões, em uma manobra que contou com a participação de líderes partidários da base do governo, que assinarão o requerimento para a tramitação em regime de urgência. Traídas, as lideranças indígenas consideraram a articulação como mais um capítulo de uma ação orquestrada, contínua e planejada dentro do Congresso Nacional. “Como é que o movimento indígena estava sentado com a presidente, e era aprovada, naquele momento, com apoio total da base do governo federal, essa lei que fere os direitos dos índios?”, questiona Lindomar Terena, de 38 anos, uma das lideranças da Terra Cachoeirinha, em Miranda (MS).

Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, diversos projetos já tentaram definir regras para a demarcação de terras indígenas ou a exploração econômica dessas áreas (veja quadro). Em carta aberta publicada na última segunda-feira, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, que reúne 89 associações da Região Amazônica, elencou 49 iniciativas

Há um descontrole por parte da Funai e de algumas ONGs, que têm uma voracidade sem tamanho de criar terras indígenas e ampliar as já existentes. Querem criar terra indígena onde não tem uma árvore plantada”

Moreira Mendes (PSD-RO), deputado federal

parlamentares, de 13 partidos, que atentam contra direitos garantidos aos índios pela Carta Magna. O mais antigo dos projetos, de 1990, tentava regulamentar a mineração em terras indígenas.

O caso mais recente de divergências entre os dois mundos, antes do PLC 227, foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215, que transfere o poder de demarcação de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional. Caciques e entidades de defesa dos direitos dos índios reagiram ao projeto invadindo o plenário da Câmara, em abril.

“Volta e meia, abre-se uma temporada de caça aos direitos indígenas. Em geral, isso acontece quando se tem algum grande conflito na ordem do dia. O foco está em Mato Grosso do Sul, principalmente. É por aí que está

» Na fila para votação

Projetos de lei que tratam da demarcação de terras indígenas e da possibilidade de exploração econômica

PLP 227/12 (PSD)

» Define o que são as áreas de “relevante interesse público”, onde não pode haver áreas indígenas

PEC 237/2013 (PR)

» Permite o arrendamento de terras indígenas a produtores rurais, hoje vedado por lei

PL 1610/96 (PMDB)

» Regulariza a exploração de minérios em terras indígenas, hoje proibida pela Constituição

PEC 215/00 (PPB)

» Transfere os poderes de demarcação de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional.

se dando essa reação mais direta de parte da bancada ruralista”, analisa Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental e vice-presidente da Funai entre 1995 e 1996. O estado citado por Santilli lidera a lista de homicídios de índios no Brasil na última década, com 317 assassinatos, contra 247 em todo o país.

Conflitos recesos

Em 30 de maio, o caso mais recente: a morte do terena Oziel Gabriel, durante ação da Polícia Federal para cumprir mandado judicial de reintegração de posse de uma fazenda em Sidrolândia (MS). “Para anular o conflito, não adianta querer paralisar as demarcações, muito menos mudar as regras do jogo. A tendência, se o PLC nº227 for aprovado, é re-

center conflitos que já foram superados e manter insolúveis os conflitos atuais, que exigem uma solução”, lamenta Santilli, que prevê uma disputa no Supremo Tribunal Federal, caso a aprovação do texto se confirme.

Ante as críticas ao projeto, o relator, deputado federal Moreira Mendes (PSD-RO), um dos 228 membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, diz que o cenário é de conflito declarado “em praticamente todos os estados brasileiros”, mas culpa outros agentes. “Há um descontrole por parte da Funai, de algumas ONGs, que têm uma voracidade sem tamanho de criar terras indígenas e de ampliar as já existentes. Querem criar terra indígena onde não tem uma árvore plantada”, rebate. O secretário executivo do

Volta e meia, abre-se uma temporada de caça aos direitos indígenas. Em geral, isso acontece quando se tem algum grande conflito na ordem do dia. O foco está em Mato Grosso do Sul, principalmente”

Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental e ex-presidente da Funai

Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzatto, argumenta que o PLC nº 227 tenta incluir interesses privados como sendo de “relevante interesse público da União”, sob o pretexto de regulamentar o artigo 231 da Constituição. “Isso é uma evidente afronta não só ao direito dos povos indígenas, mas da União. As terras indígenas, quando reconhecidas, são bens e propriedade da União. Com o projeto, querem transformá-las em bens privados”, acusa.

Para Buzatto, o PLC é apenas um exemplo de uma grande articulação entre ruralistas e Poder Executivo Federal. “O que vemos é um processo muito articulado de ataque a esses direitos, que pode resultar num retrocesso que remonta à década de 1970, quando os índios eram perseguidos e o governo tinha como plano integrá-los ao país”, lamenta.

Em 17 de julho, após uma reunião entre o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), lideranças indígenas e parlamentares, o requerimento de urgência para a tramitação do PLP, proposto pela bancada ruralista, naufragou. Depois da intervenção de deputados do PV e do PSol, o projeto deverá ser discutido em uma comissão especial, com prazo e composição ainda não definidos. Enquanto isso, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, prometeu publicar, no início de agosto, uma portaria com novas regras para os processos de demarcação. A medida está em discussão entre a Casa Civil, a Advocacia-Geral da União e a Funai.

Indenização de fazendeiros é consenso

De lados opostos, defensores do agronegócio e dos direitos indígenas concordam em um ponto: a necessidade de indenizar os ocupantes de terras reivindicadas pelos índios. “Você pode ter uma escritura de 200 anos, mas, se a área for declarada indígena, seu título é nulo”, lamenta o deputado Moreira Mendes (PSD-RO). “Quem herdou ou comprou uma propriedade que tenha sido originalmente titulada por ação direta do poder público, deveria fazer jus a uma indenização. Se não pela terra, por terem colocado a pessoa em uma fria”, defende Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental, em consonância com o ruralista.

Bruno Peres/CB/D.A Press - 10/5/12



Moreira Mendes: “Se a área for declarada indígena, seu título é nulo”

Quando uma área é declarada indígena, a Constituição não prevê a indenização ao proprietário pela desapropriação da terra, somente pelas benfeitorias no terreno. “Se tiver que indenizar, tudo bem. Se acharem um caminho jurídico para amparar o pagamento pela terra, por que não pagar?”, argumenta Lindomar Terena, liderança da Terra Cachoeirinha, em Miranda (MS), estado onde as disputas fundiárias provocaram o maior número de índios mortos nos últimos 10 anos.

Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o deputado federal Domingos Dutra (PT-MA) é outro a concordar

com a medida. “É um caminho para reduzir muito os conflitos. Muitas propriedades rurais foram instaladas em Mato Grosso do Sul durante a Era Vargas (1930-1945). Quem foi para lá devido a uma política de colonização do governo deve ser indenizado pelas terras.”

Questionado se a indenização poderia diminuir as perdas dos fazendeiros, e se esses estariam abertos à negociação, Mendes é direto: “Claro que negociariam (uma indenização). Se o governo brasileiro sente a necessidade de uma nova reserva, perfeito. O Estado paga a terra do proprietário, pelo justo preço. É o caminho mais correto”. (EM)

>> DEU NO
www.correio braziliense.com.br
Para saber mais sobre essas notícias, acesse
www.correio braziliense.com.br

Mães doam roupas de filhos mortos na Kiss

Como acontece todo dia 27, parentes das vítimas do incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, que matou 242 pessoas, se encontraram, ontem, na Praça Saldanha Marinho (no centro da cidade), para reunir roupas dos jovens mortos, que serão doadas a pessoas carentes. Também foram arrecadados alimentos. Depois, o grupo de parentes e amigos das vítimas promoveu uma caminhada pelas ruas da cidade gaúcha. No fim da tarde, os manifestantes promoveram o que chamam de “um minuto de barulho”, para que a tragédia não caia no esquecimento, e depois participaram de um culto ecumênico. O Ministério Público denunciou oito pessoas — quatro por homicídio, duas por fraude processual e duas por falso testemunho. A tragédia aconteceu na madrugada de 27 de janeiro e foi provocada pelo uso de um sinalizador dentro da boate, que era forrada por material inflamável e só tinha uma saída para os frequentadores.

Em BH, de cada 10 alunos, um sofreu bullying

Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelo psicólogo Cláudio Júnio Patrício mostra que praticamente um em cada 10 alunos de Belo Horizonte já foi vítima de bullying. Foram ouvidos 1.199 estudantes de 33 escolas privadas e públicas da capital mineira, com idade entre 10 e 19 anos. A maior parte das vítimas (25,2%) tinha 13 anos, seguida dos adolescentes de 15 (16,8%) e de 17 anos (15%). Os dados mostram que meninos e meninas são igualmente alvo das agressões e que, em 43,6% dos casos, os “valentões” eram da mesma turma das vítimas. Apêlidos depreciativos e ridicularização em público são as principais formas de agressão apontadas (58,9% dos casos). A sala de aula foi apontada como o principal local das intimidações, com 46,3% das respostas.

160 metros

Altura do edifício de apartamentos mais alto do Brasil, inaugurado ontem em Balneário Camboriú, o mais badalado (e caro) point do litoral norte de Santa Catarina. O condomínio tem duas torres de 46 andares cada uma. O preço de um apartamento começa em R\$ 2 milhões. Apenas quatro prédios no país — todos comerciais — superam os arranha-céus catarinenses: Palácio W. Zarzur (170m), Edifício Itália (165m) e Altino Arantes (161m), em São Paulo, e as torres do Shopping Rio Sul (163m), na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Acidentes deixam um morto e vários feridos no Recife

As primeiras horas de sábado foram marcadas por vários acidentes na região metropolitana do Recife, que deixaram um morto e pelo menos 11 feridos. De madrugada, na Zona Sul da capital, um motorista perdeu o controle do veículo, bateu em um poste e atingiu vários carros que estavam expostos ao longo da via por uma concessionária. Uma pessoa morreu e duas se machucaram gravemente. Na BR-408, em Jaboatão dos Guararapes, três pessoas ficaram feridas depois que um carro, em alta velocidade, bateu contra uma mureta. Na BR-101, um caminhão tombou e o motorista precisou ser levado para o pronto-socorro. No Bairro Santo Antônio, dois ônibus colidiram e cinco pessoas ficaram feridas.